

DINÂMICAS DE MOBILIDADE SOCIOESPACIAL DAS POPULAÇÕES RURAIS NO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (BRASIL)

LES DYNAMIQUES DE LA MOBILITÉ SOCIO-SPATIALE DES POPULATIONS RURALES DU NORD D'ÉTAT DE MINAS GERAIS, BRÉSIL.

ELICARDO HEBER ALMEIDA BATISTA¹

RESUMO

O objetivo central do texto consiste em apresentar as dinâmicas populacionais de grupos familiares residentes no Norte do Estado de Minas Gerais, que se caracteriza como uma região emblemática no cenário nacional por ter se estabelecido como uma espécie de “viveiro de migrantes”. Esta denominação se refere ao deslocamento de parte de seus habitantes (sobretudo os rurais) para as mais diversas regiões do Brasil (migração rural-urbana, rural-rural), apontando para um processo de desruralização no meio rural norte mineiro. Baseado em entrevistas com famílias rurais o texto apresentará uma mobilidade espacial marcada por tempos de presença e ausência no espaço social compondo um círculo contínuo de movimentos (*permanências transitórias e trânsitos permanentes*) e conformada por sentidos e significados diversificados. Dentre esses significados, a ausência no espaço social de origem do migrante tem como um dos seus sentidos centrais a possibilidade de retorno ao próprio lugar de origem, mas em condições diferenciadas. O “ir” e “vir” é um elemento constitutivo de uma cultura local que transforma os meios, modos e condições de vida dessas famílias rurais. Considerando o meio rural como um “mundo” onde residem famílias consideravelmente heterogêneas, a mobilidade espaço e a permanência (ainda que temporária e transitória) é multideterminada, ou seja, baseada em diversos elementos e possui sentidos e significados variados que são definidos a partir do contexto social, cultural e econômico presente no interior dos mais diversos grupos familiares de origem dos agentes do processo migratório. Nesse sentido, a saída do lugar de origem teria múltiplos significados conformado a partir da realidade social e econômica dessas famílias. Dentre esses significados, essa saída remete a possibilidade de retorno para o próprio lugar de origem, mas em condições diferenciadas. Além disso, a saída é vista como um elemento fundamental para a reprodução social e para a própria permanência desses grupos sociais em suas localidades de origem.

Palavras-chave: Mobilidade espacial; permanência; rural.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP (Campus Presidente Prudente). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Membro do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA/UNESP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (OPARÁ/UNIMONTES). Elicardoheber@yahoo.com.br

RÉSUMÉ

Le but de cet article est de présenter les dynamiques populationnelles des groupes des familles rurales du nord d'État de Minas Gerais. Le nord de Minas est une région emblématique dans le scénario national, parce qu'elle est bien connue comme un spécimen de *lieu de migration* (en référence aux *déplacements* d'une partie des habitants, surtout des ruraux, dans la géopolitique du Brésil, comme par exemple, les migrations rural-urbain, les migrations rural-rural, etc.). La problématique vient de la déruralisation dans le milieu rural du nord de Minas. Cet article est soutenu par des entretiens avec des familles rurales, où je vais présenter la mobilité spatiale à partir de la présence et de l'absence dans l'espace social en composant un cercle constant de déplacements (par exemple, *les permanences transitoires* et *les transites permanents*) et sous l'égide des significats diversifiés par les ruraux sur ces déplacements. Au cœur de ces significats, l'absence dans l'espace social d'origine du migrant a comme l'un des significats centraux à la possibilité du retour au propre lieu d'origine, mais dans des conditions différenciées. Or, l'*aller-retour* est l'un des éléments constitutifs d'une culture locale qui transforment ces milieux, les modes de vie et les conditions des familles rurales. Ainsi, en considérant le milieu rural comme un « monde » où demeurent les familles bien hétérogènes, la mobilité espace-temporelle et la permanence (quand même que temporaire et transitoire) est multi déterminée, c'est-à-dire elle est sous l'égide des divers éléments à partir de la conception des significats bien variés qui sont définis à partir du contexte social, culturel et économique dans l'intérieur des plus diversifiés groupes familiaux. Finalement, la *sortie* du lieu d'origine a plusieurs significats à partir de la réalité sociale et économique des familles impliquées. D'entre eux, le paradoxe d'un retour à son propre lieu d'origine, mais sur des conditions différenciées, comme par exemple des ressources matériaux, financières et un certain statu devant ce qui demeure dans la localité d'origine comme des agents du processus migratoire. De plus, la *sortie* est un élément fondamental pour la représentation sociale et la permanence du groupe social dans leurs communautés d'origine.

Mots-clés : Mobilité spatiale – permanence – ruralité

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto consiste em apresentar as dinâmicas de mobilidade espacial de populações rurais residente no norte do Estado de Minas Gerais no Brasil. Esse universo social pode ser caracterizado pelo pouco dinamismo socioeconômico, altos índices de carências sociais e materiais e uma considerável parcela de sua população residindo no meio rural trabalhando em atividades consideradas agrícolas (em grande parte produção para o autoconsumo). No cenário brasileiro, essa região tem se estabelecido como uma espécie de “viveiro de

migrantes” com o deslocamento de parte dos povos dali oriundos para as mais diversas cidades do Brasil. A expressiva saída dos povos rurais norte mineiros de suas localidades de origem em direção, sobretudo as cidades é entendida como um elemento indicador do processo de desruralização².

Na visão panorâmica, o Norte do estado de Minas Gerais distingue-se das demais regiões mineiras pelas suas peculiares características sociais, econômicas, culturais e ambientais.³ Trata-se de uma região desfavorecida, com economia, infraestrutura e indicadores sociais abaixo da média do estado⁴. Quando se cruza Minas Gerais por via terrestre, sentido sul-norte, por exemplo, ao passar pela cidade de Curvelo, localizada no paralelo 18º, marco simbólico de entrada no Sertão de Minas, tem-se a impressão de estar entrando em outro estado.

Dessa forma, há sentido na afirmação de que as “Minas são muitas”, pois, no conjunto de todos os municípios, esse Estado destaca-se pela alteridade e pelas diferenças e desigualdades regionais. A porção norte do estado é a parte da “Minas Nordestina”, cuja projeção midiática ocorre, sobretudo nos períodos de secas,

² Na década de 1980, 54% da população norte-mineira tinha como local de residência o meio rural. No início da década de 1990, houve leve predomínio da população urbana (55%) sobre a rural (45%). De acordo com os dados do censo 2000 do IBGE, houve preponderância de uma população residente no meio urbano (67%) sobre a rural. Esses dados apontam para a situação de um quadro para essa região: a desruralização e uma crescente urbanização. Outro fenômeno importante refere-se a constante perda populacional que ocorre na região norte do estado de Minas. Por limite de páginas não iremos nos alongar no debate sobre essa questão. Para saber mais ver dados do Censo demográfico do IBGE de 2010.

³ É importante ressaltar que a noção de região possui uma diversidade de significados dependendo de quem a aciona, seja pelo estado, pelo senso comum ou no âmbito da própria ciência, sobretudo pela geografia (Gomes, 2007). Nesse sentido aqui empregado no texto, região aparece com o sentido de unidade administrativa, ou seja, divisão regional como o “meio pelo qual se exerce freqüentemente a hierarquia e o controle na administração dos estados” (Gomes, 1997, p.53). Entretanto, reconhece-se os diversos domínios da noção de região, a sua complexidade e sua multiplicidade de significações.

⁴ No cenário brasileiro o estado de Minas Gerais é um caso bastante emblemático no sentido das desigualdades regionais. Há acentuadas diferenciações entre as macrorregiões desse estado, como por exemplo, nas dinâmicas do mercado de trabalho (formal), oportunidades de emprego e renda, oferta de uma infraestrutura educacional, saneamento básico, água tratada, rede de esgoto, etc. Se considerarmos o Produto Interno Bruto (PIB) como um indicador sintético dessa assimetria regional, observa-se que no ano 2001 as macrorregiões Noroeste, Norte e Jequitinhonha/Mucuri ocupam 31% do território mineiro, mas respondiam por apenas 7% do PIB estadual. Por outro lado, as macrorregiões Central, Triângulo e Sul ocupando um território consideravelmente menor produziam 66% do PIB de Minas Gerais no ano de 2001 (ALEMG, 2001). O norte de Minas, região de 1,6 milhões de habitantes, possui um PIB de pouco mais de 7,5 bilhões de reais, menor que o PIB de Uberlândia (cidade do Triângulo Mineiro), cidade com uma população de 600 mil habitantes e um PIB próximo a 10 bilhões de reais (FJP, 2010). Os menores IDHS do estado de Minas Gerais encontram-se em sua maioria nas cidades das macrorregiões Norte e Jequitinhonha, com índices entre 0,568 a 0,707.

quando principalmente nos jornais televisionados surgem imagens de uma gente pobre, sofrida e desassistida. Nesse cenário, no início do século XXI, tem ganho grande destaque o peso das transferências de renda para as economias locais, principalmente através do Programa Bolsa Família (PBF) do governo brasileiro e pelos altos índices de pobreza (carências sociais e materiais).

Uma marcante característica da parte norte do estado de Minas Gerais, que não é específica apenas dessa região, mas é um fenômeno bastante acentuado, corresponde à intensa mobilidade espacial, marcada pela saída da população rural de seus locais de origem e causadora do “esvaziamento” populacional, sobretudo no meio rural.

O Norte de Minas Gerais é visto no imaginário nacional como terra de pobres, uma espécie de “viveiro” de migrantes, que saem de seus lugares de origem para trabalhar nas cozinhas de famílias de classe média de Brasília (DF), nas grandes plantações do cerrado brasileiro, na construção civil das grandes cidades e em outras ocupações que requer baixa qualificação profissional, como salões de cabeleireiro, atendente de *telemarketing* e de postos de gasolina em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.⁵

Para facilitar a compreensão sobre a dinâmica populacional de “povos” rurais residentes no norte de Minas Gerais⁶ os dados que serão apresentados ao longo do texto foram coletados em entrevista com 30 grupos familiares nos anos de 2008 (no período das secas/ausência de chuvas) e 2009 (no período da chuva) em comunidade rurais norte mineiras onde há de forma mais expressiva o fenômeno da migração. Objetiva-se nesse sentido compreender a mobilidade espacial numa perspectiva micro estrutural. Nesse universo social, percebeu-se uma intensa circularidade de pessoas, com *permanências transitórias e trânsitos permanentes*

⁵ Entretanto, a mobilidade espacial e seu significado para os agentes do processo têm significados distintos. Essa apresentação geral, tanto no tocante ao destino dos que saem (ou migram) quanto à sua inserção no mercado de trabalho no local de origem, não consegue exemplificar toda a dinâmica populacional na parte norte do estado de Minas Gerais. A partir do caso de “povos” rurais, tentaremos demonstrar como essa mobilidade espacial não necessariamente é “movida” pela dinâmica no/do mercado de trabalho.

⁶ Propõe-se que “povos” rurais representam a população cuja residência se encontram fora dos limites das cidades. Cidades, entendidas, como a sede urbana dos municípios conforme as delimitações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, entende-se a fragilidade da definição das fronteiras entre o rural e o urbano no país. Para uma melhor definição dessa fronteira, considera aqui fundamental, uma pesquisa que leve em considerações elementos geográficos, sociais, econômicos ou culturais e não apenas uma delimitação administrativa como é feita no Brasil.

(saídas e retornos aos lugares de origem em tempos e espaços distintos). Considera-se inicialmente que a mobilidade espacial em determinadas regiões rurais do país corresponde a um aspecto constitutivo das culturas locais. Essa mobilidade espaço-temporal possui sentidos e significados diversificados definidos a partir do contexto social, cultural e econômico presente no interior das mais diversas unidades familiares de origem dos migrantes . Dentre esses significados, essa saída constitui um projeto de retorno dos indivíduos e/ou famílias (os agentes sociais do referido processo) para o próprio lugar de origem, mas em condições diferenciadas. A temporalidade das saídas e permanências são marcadas por tempos de presença e ausência no espaço social, compondo um círculo contínuo de movimentos. O retorno como o momento de início do tempo para a próxima partida. Ir-ver-viver-estar e ficar, ir-ver-viver e ficar, mesmo um dia podendo ou querendo voltar, demarcando dinâmicas de trajetórias sociais marcadas por trajetórias de mobilidade espacial. Permanência e trânsitos como lados de uma mesma moeda. Nesse contexto de idas e retornos, a mobilidade espacial interfere nas condições de vida dos que permanecem, na organização familiar em relação ao trabalho na terra, inclusive com a incorporação de mulheres (incluindo jovens) no trabalho na roça no caso de famílias proprietárias de terra, configurando uma específica relação de gênero e trabalho. As dinâmicas de mobilidade socioespacial marcadas por um contínuo ir e vir são partes parte constitutiva de uma dinâmica de estratégia de reprodução que transformam os meios e modos de vida. A ideia de *permanências transitórias e trânsitos permanentes* seria, dessa forma, noções em que se pretende demonstrar a dinâmica de ir-ver-viver-estar e voltar ou até mesmo ir-ver-viver e ficar, mas sem desconsiderar um dia a possibilidade do retorno. O retorno, temporário ou definitivo, mais curto ou mais longo, seria baseado em uma calculabilidade dos agentes, que avaliam os objetivos de estar circulando e definem o momento de findar uma trajetória social marcada pelas constantes mobilidades espaciais. Propõe-se que a mobilidade espacial e o retorno são elementos provisórios e multidimensionais, conformados a uma realidade social historicamente definida e não necessariamente um fenômeno influenciado apenas pela pobreza material das famílias rurais e pelos desníveis no desenvolvimento das regiões brasileiras. Além

disso, será demonstrada certa contramobilidade, a partir de casos de indivíduos que permanecem na “roça” como lugar de trabalho e morada.⁷

A mobilidade espacial e suas mais diversas tipologias e significados é um tema recorrente no campo acadêmico. Diversos campos do conhecimento tais como a demografia, a história, a sociologia, o direito, a economia, a psicologia, as ciências políticas e a geografia, têm empreendido esforços para entender os sentidos, os contextos e, ainda em menor proporção, os significados dos deslocamentos populacionais. Mesmo as mobilidades espaciais, ou a migração, para usarmos termos convencionais, ter claramente uma abordagem interdisciplinar, há uma tendência predominante a um enfoque macroestrutural no processo de entendimento da dinâmica dos fluxos populacionais (MENEZES, 2002).

No geral, as pesquisas sobre migrações tendem a construir um arranjo teórico e metodológico que sustente uma pesquisa em determinado ou determinados universos sociais. Baseado na perspectiva macroestrutural, como por exemplo, nos enfoques neoclássicos e marxistas, a mobilidade espacial surge como face de um desequilíbrio das economias regionais (LEE, 1966; TODARO, 1976; GAUDEMAR, 1977; CARLEIAL, 1994). Os fluxos populacionais surgiriam como um elemento balizador das assimetrias regionais pelas diferenças de rendimentos, salários, dinâmica do mercado de trabalho, dentre outros. Nessa abordagem social da mobilidade no espaço, a constituição desses fluxos é, na perspectiva macroestrutural, resultado de decisões individuais. Como elementos modeladores da mobilidade espacial, essa migração seria resultante das características regionais: regiões de atração e regiões de repulsão (*push-pull factor*), determinados por elementos relativos à economia e infra-estrutura.

No campo acadêmico brasileiro, a mobilidade espacial e suas diversas tipologias sempre foram e permanecem se constituindo como um tema recorrente (GARCIA JR., 1989; WOORTMANN, 1990; BECKER, 1997; MAIA, 2004; BRUMER, 2007; FELIX, 2008).

A constante presença do debate sobre migração no cenário acadêmico nacional, em grande medida, pode ser entendida pelo fato de que essa mobilidade

⁷ Ao longo do texto respeitando os termos empregados pelos nativos, a palavra “roça” aparecerá com dois significados: em algumas passagens, para definir os locais onde são desenvolvidas as atividades agropecuárias, ou seja, espaço de produção agrícola (produção animal e vegetal); e em outras, como de lugar de morada. Quando a palavra roça aparecer no texto como local de morada, será utilizado o sinal de aspas.

no espaço e em tempos distintos, sempre esteve presente na dinâmica populacional brasileira.

A movimentação espacial foi e permanece como um elemento de estratégia de reprodução social de grupos rurais, ainda que com significados distintos, conforme a realidade de cada grupo familiar (GARCIA JR., 1989; WOORTMANN, 1990; FELIX, 2008). A mobilidade espacial é apreendida como importante elemento na dinâmica das famílias rurais, como exemplo para diminuir a pressão sobre a herança da terra, sobretudo entre os excluídos pelo processo de herança ou pela migração de alguns membros das famílias do campo para a cidade e do campo para outras áreas rurais em busca de renda, ainda que mínima, e garantir sua sobrevivência (MAIA, 2004; BRUMER, 2007).

As abordagens sobre a migração, no caso brasileiro, tem privilegiado determinados aspectos da mobilidade espacial, conforme a realidade social, econômica, política e cultural do país no momento de realização da pesquisa. Entretanto, pode-se apreender essas pesquisas, como dito anteriormente, em duas perspectivas, uma macroestrutural e outra perspectiva mais micro. Ainda que em muitas pesquisas, essas duas perspectiva se fundam, sempre se privilegia uma ou outra abordagem.

Na perspectiva macroestrutural, Lopes (1971) analisou a migração no Brasil como um processo de transferência da população de regiões “estagnadas” para regiões “modernas” como uma dinâmica representativa do avanço do capitalismo no país. As migrações internas no país resultariam do processo de conformação de uma desigualdade entre as regiões brasileiras a partir da centralização das atividades industriais em determinadas cidades brasileiras, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro. Na análise de Singer (1976), na década de 1970, o campo constituía um espaço de repulsão populacional, principalmente em decorrência da concentração de terras entre grandes proprietários e da predominância em certas áreas do país de culturas de subsistência com produção limitada, resultado da insuficiência de terras para cultivo, de limites de crédito, de dificuldade de comercialização, entre outras. Nas palavras do autor, essas regiões eram “produtoras” de mão-de-obra para as regiões mais dinâmicas do Brasil que atraíam os mais importantes fluxos migratórios.

Bem próximo às análises de Singer, Durham (1978) apresentou seu

entendimento da migração como um processo resultante das desigualdades regionais, no qual as populações se deslocavam de áreas atrasadas e estagnadas para regiões “desenvolvidas” e “modernas”. Nesse sentido, no Brasil, a partir da década de 1930 e, sobretudo, intensificado na década de 1950, com o crescimento do setor industrial, houve um maior deslocamento populacional em direção às cidades, assumindo o campo o papel de um “criatório” de migrantes.

Esses estudos sobre a mobilidade populacional brasileira relacionam o processo migratório principalmente à industrialização e ao processo de urbanização do país. Essas análises macroestruturais evidenciaram uma relação funcional entre as regiões, de modo que, no processo de redistribuição da população brasileira, certas regiões como o Nordeste seriam fornecedoras de mão-de-obra, principalmente para a Região Sudeste industrializada. Esses estudos foram responsáveis pela construção de certo consenso, ao comprovarem que a mobilidade socioespacial era motivada por questões econômicas e pela necessidade de famílias ou indivíduos melhorarem suas condições de vida. Dessa forma, os migrantes, ao saírem de seus locais de origem, tinham como objetivos a inserção no mercado de trabalho e a melhoria da renda e do bem-estar (MARTINE, 1982).

No entanto, outros autores entendem esse fenômeno como estratégia de reprodução social das famílias, incorporando assim os significados da migração para os próprios grupos e, ou, agentes envolvidos nesse processo social. Nesse sentido, Afrânio Garcia Júnior, com o seu livro *Sul: a caminho do roçado*, demonstra como a migração representava uma condição essencial para a reprodução social de famílias camponesas no nordeste. Essa obra publicada na década de 1990 mostra que, a saída de camponeses do nordeste para o sudeste não representa necessariamente uma saída definitiva do agente de seu local de origem, mas que, com a saída, também havia a possibilidade de retorno, o que comprova que esse fenômeno pode ser delimitado temporalmente.

Em pesquisa com camponeses no estado de Sergipe, Woortmann (1990) afirma que a migração de camponeses não era apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas prática integrante de suas próprias estratégias de reprodução. Esses autores concluíram que a saída de alguns indivíduos pode representar uma condição para a permanência da família camponesa no seu local de origem. Interessante que, diferente dos estudos

macroestruturais, Garcia Jr. e Woortmann privilegiam os agentes sociais envolvidos na migração. Ao demonstrarem a circulação de pessoas, com saídas e retornos, não há separação entre regiões de atração e repulsão, mas sim uma dinâmica de saída de pessoas com uma mobilidade social como parte da dinâmica da reprodução social dessas famílias.

Nessas abordagens “microestruturais” acerca da migração, Silva & Menezes (1990) demonstraram que o migrante pertence a uma realidade social, definida por laços sociais (familiar, de grupos de vizinhança, valores, ideologias, dentre outros), que configuram uma relação de pertencimento a determinado espaço social e cultural. Nesse contexto, as palavras migração e migrantes encobrem um conjunto de situações concretas e particulares. Essa afirmação conduz a uma reflexão a partir de realidades empíricas, que impedem de restringir a dinâmica de “sair e ficar”, apenas levando em consideração fatores econômicos, mas um fenômeno entendido como um fato social total (SAYAD, 2000). Ou seja, a mobilidade espacial pode ter significados diversificados e não restritos apenas à possibilidade de se conseguir uma inserção no mercado de trabalho ou aumento de renda. Com isso, considera-se que os indivíduos ou as famílias à qual pertencem, não são apenas cifras que agem passivamente às forças econômicas determinadas por contextos externos à família, mas sim agentes ativos nos processos, em que a saída pode ser decorrente de inúmeros fatores não estritamente econômicos, ainda que a busca por emprego possa ser, muitas vezes, um dos principais fatores modeladores desse fenômeno.

2 Do lugar para o mundo, do mundo para o lugar: permanências, circularidades espaciais e saídas transitórias.

A dinâmica populacional de “povos” rurais residentes no Norte do estado de Minas Gerais é marcada por saídas possuem variações *nos* e *entre* os tempos e espaços, assumindo diferentes significados como: possibilidade de melhoria das condições materiais (alimentação, roupas, motos, remédios dentre outros), assim como das condições imateriais (possibilidade de aquisição de *status* do indivíduo que sai de seu grupo familiar e do local de origem para “ganhar o mundo”). Essa saída dos indivíduos de seu grupo familiar e do local de origem necessariamente

não implica ruptura com sua família e mudança de residência.

A pesquisa de campo apontou para a saída de pessoas principalmente do campo para a cidade, mas também do campo para o campo. Essa saída não é um fenômeno homogêneo, por isso, possui diversos significados para os “povos” rurais em questão. Nesse sentido, entender esse fenômeno (o da mobilidade socioespacial) é fundamental para compreender as condições de vida de seus grupos de origem e para entender o próprio fenômeno da “saída”.

Um dos principais fatores que interferem na composição demográfica desses grupos é a intensa circulação de pessoas, independentemente das condições socioeconômicas do grupo a qual pertencem, o que contribui consideravelmente para a variabilidade numérica dos grupos domésticos. Entretanto, essa variabilidade numérica é fluida, uma vez que o número de pessoas residentes na casa altera-se ao longo do tempo. A partir do movimento de pessoas, o número de co-residentes pode diminuir, mas, quando retornam para o lugar de origem, geralmente retornam para a mesma casa, ou seja, a mobilidade no sentido de mudança de residência não possui a mesma intensidade de mobilidade espacial. A mudança de residência é mais presente ao longo do ciclo do grupo doméstico, sobretudo para constituição de um novo grupo familiar após os matrimônios, quando os jovens deixam suas residências para a formação de um novo par conjugal. Entretanto, entre as famílias com poucos recursos, é comum a permanência do novo núcleo familiar na casa de origem do chefe de família. Ou seja, mesmo contraindo o matrimônio e não tendo uma residência, os jovens irão residir ou na casa do pai do noivo (processo social bem mais comum na região) ou na residência do pai da noiva (processo social bem menos comum na região). Dessa forma, não há dissolução da unidade original e sua recolocação por outra ou mais unidades do mesmo tipo. Pelo contrário, ela é “incrementada” com a chegada do indivíduo constituinte do novo grupo. É o fator casamento configurando novos arranjos de co-residência.

Entre as famílias rurais pesquisadas, não é possível estabelecer uma relação rígida entre pobreza e mobilidade espacial. Ou seja, não há um só fator que interfere na mobilidade espacial. O universo empírico aqui apresentado não possibilita restringir as razões pessoais do trânsito apenas ao mercado de trabalho (e a busca por rendimentos) e à idade (determinadas fases do ciclo de vida do indivíduo como a juventude). Nesse sentido, as evidências não apontam para a mesma direção dos

estudos sobre a mobilidade espacial com o enfoque neoclássico da migração que sugerem que as pessoas migrem apenas em busca de emprego, maiores oportunidades e salário, ou seja, a migração é pautada num cálculo racional-econômico para a escolha do destino. Entre as famílias rurais norte mineiras (foco da pesquisa), percebe-se uma grande heterogeneidade nas condições sociais e econômicas das famílias, mas, como afirmado anteriormente, a mobilidade espacial é um fenômeno que está presente na dinâmica de todas elas, com distintos significados, definidos a partir do gênero, da idade, das condições sociais e econômicas do grupo de origem dos que saem e pela posição do “emigrante” na hierarquia familiar. Entretanto, esse trânsito de pessoas é uma dinâmica comum a todas as famílias, tanto entre aquelas com mais quanto entre aquelas com menos recursos (monetários e patrimoniais).

A saída de membros dos núcleos familiares para progressão nos estudos (ampliação do capital cultural), para o trabalho temporário na colheita praticada por chefes de família, para garantir o sustento da família, e por jovens homens não proprietários da terra, para compra de bens duráveis, como moto, são alguns elementos que influenciam no início de uma “trajetória de circulação”. Os motivos do empreendimento pessoal numa trajetória de circularidade são diversificados, mas essa saída pode ser motivada para um retorno em condições diferenciadas. Uma trajetória social pode ser longamente marcada por uma trajetória de mobilidade.

Um ponto evidente é que a saída é marcada por objetivos diversos. Uma moça pode sair diversas vezes até a contração do matrimônio e fixar no local de origem (na roça). Um rapaz pode ir diversas vezes ao trabalho na firma e, quando compreender que já tem condições financeiras para comprar uma moto, retornar à comunidade e optar pela fixação. Ou ir ao longo de toda a sua vida para a firma e optar pela fixação no momento em que adquirir um benefício social, como aposentadoria. Outro ponto importante é a “fase do ciclo doméstico”. Numa família com muitas crianças, é comum o pai sair em busca de trabalho e a mãe permanecer com os filhos, enquanto, em outra com a grande presença de jovens, são os filhos quem tendem a sair e o pai com idade avançada (geralmente superior a 50 anos) tende a permanecer no lugar de origem trabalhando na lavoura.

Os proprietários de terra raramente saem para o trabalho na colheita que absorve mão-de-obra volante. Durante a pesquisa de campo, não se encontrou um

único caso de proprietários da terra que tenham saído de seu lugar de origem se afastando do trabalho na roça para trabalhar temporariamente em outra região do país. Há também a saída de jovens mulheres para os grandes centros urbanos para trabalharem como domésticas. No processo de mobilidade não há um protagonista do processo, ou seja, não se inserem na mobilidade espacial apenas homens jovens em pleno potencial produtivo, mas membros da família motivados por projetos individuais ou coletivos definidos a partir de casos específicos. Com isso, percebe-se que, entre famílias com mais recursos, o sentido da saída não é o mesmo que o observado em famílias com menos recursos, tendo em vista a posição do indivíduo na hierarquia familiar, as condições financeiras e materiais e o capital cultural dessas famílias é diferente daquela observada no âmbito das famílias com menos recursos financeiros. Por exemplo, entre as famílias com menos recursos, o sair para acumular recursos é uma alternativa para melhoria de vida (não raro a única alternativa). Nesse sentido, é mais comum a saída de chefes de famílias para garantia da reprodução social e física do grupo. Nesse mesmo universo social, famílias com certo patrimônio (como terras) e com a possibilidade de diversificação nas fontes de rendimentos (atividades agrícolas somado a rendimentos oriundos do trabalho em atividade não-agrícola) tendem a permanecer durante todo o ano no lugar de origem e enviam os filhos para as cidades para a progressão nos estudos. Percebe-se que os homens com menos recursos e chefes de famílias saem para o trabalho temporário, pois não têm um patrimônio acumulado e sem ocupação que possibilite acúmulo de renda e a impossibilidade de garantir a sobrevivência do grupo familiar caso permaneça durante todo o ano em seu lugar de origem.

Entretanto, mesmo entre essas famílias com menos recursos, não é possível afirmar que o trabalho seja a principal motivação da mobilidade espacial em todas as circunstâncias. Como exemplo, os rapazes que saem para trabalhar nas colheitas da batata e alho na Região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, em grande parte, são motivados pelo desejo de compra de moto. A moto é um bem material que no caso específico desses jovens rurais possui valor não apenas material, mas também simbólico. No retorno ao seu lugar de origem, após a acumulação de recurso (acumulação essa propiciada pela saída) e a compra de um bem material (nesse caso a moto) imbrica a transformação desse “produto” (a moto) em um bem simbólico. A chegada dos rapazes na “roça”, sobretudo as festas com as motos

supostamente pode ter uma potência simbólica. Dessa forma, essa saída ao meu entender constitui uma estratégia desses jovens de serem “vistos” como “um bom partido” pelas moças das comunidades rurais e com uma maior visibilidade no mercado matrimonial de conquista dessas moças.

Nessa mobilidade espacial, o indivíduo que sai tem a possibilidade de modificar os modos de vida de sua família que permanece no lugar de origem e, mesmo se inserindo na mobilidade espacial por destinos diversos e distintos, há um lugar de origem, um lugar de partida que possibilita uma condição estrutural e simbólica de construção de uma identidade territorial e uma “base” que é o ponto inicial de saídas e local de destino nos retornos. O espaço de trabalho fora do local de origem é a alteridade, o outro, o diferente. Nesse sentido, o indivíduo se reconhece como pertencente ao seu “mundo” de origem. Dessa forma, ao sair, esse indivíduo não tem a possibilidade de transformar apenas os modos de vida de sua família, mas também a si mesmo. Ao irem para os “espaços da alteridade” necessariamente não deixam a “roça”, o seu lugar de origem. O convívio com novos cenários, espaços, lugares e pessoas possibilita viver o diferente e, um dia retornam após a experiência com a alteridade. Esse retorno pode ser definitivo ou um momento transitório para a realização de novas partidas para esses espaços de alteridade.

Na dinâmica do sair, há as pessoas que ficam à espera dos que partem. O ir, vir, estar, partir e retornar é uma dinâmica de mobilidades que transforma vidas, traçam destinos. É nesse movimento cotidiano de idas e vindas é que se percebe a transitoriedade, tanto da saída quanto da permanência. O ir possibilita o retorno. Na impossibilidade de ficar permanentemente, o sair é a possibilidade de um dia ir, viver, voltar e ficar.

Uma dinâmica muito comum entre as famílias rurais em que os trabalhadores volantes são homens chefes de família não proprietários de terra. Na condição de trabalhador, chefe de família, mas ausente do lar, é a mulher quem mantém o controle sobre os gastos da casa, administrando o dinheiro por ele recebido e permitindo que os membros da família permaneçam no local de origem do migrante. Esse tipo de saída de homens comprova as assimetrias na posse de bens materiais, econômicos e simbólicos, isto é, prestígio que marca uma tênue oposição entre duas categorias: os trabalhadores volantes e os homens proprietários de terra que

permanecem o ano todo no campo. A seletividade desse tipo de mobilidade é influenciada pela dinâmica do mercado de trabalho e pela não-posse da terra, uma vez que ser proprietário rural é uma das condições que interferem para a permanência do indivíduo durante todo o ano na “roça” enquanto local de trabalho e morada, mesmo estando localizados numa região de seca, onde, durante grande parte do ano, algumas famílias proprietárias de terra não conseguem obter renda com atividades rurais (produção animal e vegetal), por não terem acesso a infraestrutura mais custosa, como a irrigação. Nesse caso, é mais corriqueiro a saída temporária dos filhos jovens.

Nas tramas do cotidiano desses homens (sobretudo os chefes de família), é constante o estar. O “estar aqui”, o partir, o “estar lá” (no local de trabalho temporário), retornar e partir novamente como dinâmica constitutiva das vidas dessas pessoas. O estar lá (nos trechos) é pensando-nos que estão aqui (nos lugares de vida). Os daqui por sua vez esperam os que estão lá. Os que permanecem no lugar de vida esperam os que estão no lugar de trabalho. Estar no lugar de trabalho, através de idas e vindas, é uma busca muita das vezes dramática para garantia de reprodução do grupo familiar. Os que permanecem esperam. Esperam o retorno dos que foram e esperam melhorias em suas próprias condições de vida. A mobilidade espacial como uma ilusão de uma possível mobilidade social (saída de uma condição de pobreza material).

Entre os jovens rurais as relações sociais – família, amigos, vizinhança, espaços de sociabilidade, sobretudo as festas – são fatores que influenciam na decisão de ficar ou de sair. A roça figura no discurso com ambiguidade: ao mesmo tempo em que é pouco atrativa como lugar de trabalho, o que certamente favorece a saída, é vista também como lugar de morada e, nesse caso, é “tranquila, lugar fresco, sossegado”. No entanto, o trabalho na roça não é inteiramente negativo: o jovem cogita a possibilidade de retorno para o campo, inclusive demonstrando atração pela atividade agrícola, entretanto, não quer mais trabalhar com o pai como antes, quer ter uma renda, uma autonomia. As relações sociais, familiares, de parentesco e amizade, somadas às festas religiosas, a sociabilidade no campo, são importantes elementos que podem favorecer a permanência do indivíduo no lugar de origem.

A partir dessa diversidade social, compreende-se que essa circularidade tem

significados distintos, tanto para “quem sai” quanto para “quem fica”. Ademais, o próprio grupo família tende a apoiar ou observar com ressalvas a dinâmica de saída de seus membros. Como exemplos, os jovens que saem para progressão nos estudos têm sua saída apoiada pelo seu grupo familiar de origem, enquanto aqueles que saem para São Paulo, em grande medida, o fazem para realização de um “projeto individual”, decorrente da dificuldade de permanecer na atividade agrícola. Nesse contexto e em determinados casos, há evidente descontentamento da família em relação à saída desses jovens, tanto pela dificuldade de inserção desses indivíduos no mercado de trabalho urbano, quanto pelo custo de vida nas cidades (aluguel, alimentação, transporte entre outros). A pobreza, violência, o alto custo de vida e o desemprego na “cidade grande” são fatores que interferem na conformação de uma visão negativa dos pais desses jovens em relação à sua saída. Os chefes de família “sem-sem”, sem a propriedade da terra e sem uma renda estável, saem na tentativa de contribuir para a melhora nas condições de vida de suas famílias. É no trabalho volante que esses homens almejam a possibilidade de melhoria na situação social de seu grupo. Essa mobilidade espacial tem um lugar de referência, o lugar de origem. Inicialmente, sai da “roça”, do lugar de moradia. Essa circulação pode ter como referência a própria perspectiva de retorno ao lugar de origem, ou seja, a saída, o viver e conviver com diferentes espaços, lugares, cenas e cenários e o retorno à realidade sócio-espacial de origem. Sair para ficar.

3 Permanências: a “roça” como lugar de morada e a roça como lugar de trabalho

Se as famílias rurais norte mineiras pesquisadas são compostas por indivíduos marcados por trajetórias sociais caracterizadas por permanentes travessias entre idas e retornos, é preciso, No entanto, apesar da intensa circularidade de pessoas, compreender que há indivíduos que sempre residiram nas “fronteiras” de seus lugares de origem (os lugares de vida). Há permanência de pessoas na “roça”, por não terem em sua trajetória social uma oportunidade de sair, mas há uma contramobilidade, decorrente da permanência de indivíduos migrantes no lugar motivada em grande parte pela melhoria em suas condições de vida motivada pela a incidência sobretudo no início do século XXI de um *mix* de políticas públicas,

sobretudo as políticas, como os casos emblemáticos do Programa Bolsa Família (PBF) e Políticas de Previdência Social e políticas estruturais como o caso do Programa “Luz para Todos” . Observe-se como isto é pontuado nos relatos coletados:

Hoje a vida tá bem melhor na “roça” que antes [...] melhorou bastante. Eu ia estudar a pé, passei fome, não tinha quase nada, era sofrido. Hoje o ônibus passa na porta, o carro passa na porta. Tudo era longe, agora tudo está mais fácil, mais perto. Hoje não estuda quem não quer. Tem estrada e transporte pra todo lado [...] O recurso também melhorou. Teve muita melhora com aposentadoria e bolsa família [...] o povo tem meio de viver melhor.⁸

A energia foi um trem que ajudou demais, ajudou o povo ter mais conforto. O “Luz para Todos” é um projeto do governo que vem com tudo: a lâmpada, a tomada, os fios. [...] De primeiro as coisas eram difíceis demais [...] Esses meninos que nasceram hoje tá em berço de ouro. [...] Sem a luz elétrica não tinha como ter um aparelho em casa, uma televisão, um ventilador, só o rádio a pilha. Hoje tem mais acesso a informação. Ficava tudo isolado, sem informação, longe do mundo. Tem um primo que mudou para SP com 16 anos e voltou agora [férias de julho] para passear e ficou impressionado como as coisas mudaram por aqui. [...] A água era longe, da mesma água que o gado bebia nós bebíamos também. Hoje tem água encanada. Antes eu pegava água longe na carreta de boi. Hoje tem água encanada e energia na casa [...] com a luz e água ficou mais fácil viver na “roça”, fica tudo mais fácil.⁹

Os programas sociais do governo brasileiro têm influenciado consideravelmente nas condições de vida das famílias rurais pobres. Famílias com membros beneficiários da previdência social têm conseguido melhora a infraestrutura de suas casas e comprar eletrodomésticos (geladeiras, chuveiros, chuveiros elétricos, máquina de lavar, televisão, antena parabólica dentre outros). O aumento do poder de consumo dessas famílias apontam para uma melhora na qualidade de vida das pessoas e são instrumentos facilitadores da permanência no meio rural. A criação de programas como a aposentadoria rural nos anos 70, posteriormente ampliados nas décadas de 1980; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na década de 1990, aperfeiçoamento no início do Século XXI, e a criação de programas de bolsas e programas de erradicação da pobreza, unificados e ampliados no Bolsa Família nos anos 2000, abrangem um número considerável de famílias de famílias locais, dando um fôlego para as que têm poucas ou nenhuma fonte de renda em dinheiro.

⁸ Sr. Gualberto, residente na “roça”.

⁹ Dona Doralda, residente na sede de seu sítio.

Algumas famílias são contempladas com todos os programas compensatórios anteriormente citados, influência da pobreza do grupo familiar e da idade diversificada dos membros desses grupos. Crianças em idade escolar matriculadas possibilitam à família receber maior valor do programa Bolsa Família. A renda do Programa Bolsa Família é “assunto de mulher”, pois são as mães quem administram o benefício que geralmente contribui para a compra de comida, material escolar, pagamento de contas da casa e, quando possível, no financiamento de um eletrodoméstico. Grupos familiares com um idoso aposentado têm renda estável e melhores condições de vida em relação a famílias de rendimento instável ou apenas beneficiária do Programa Bolsa Família. A aposentadoria contribui, inclusive, para fixar, ainda que temporariamente, os jovens no meio rural. Coincidentemente, em todas as residências onde havia um aposentado, havia um jovem.

Sobre permanência dos povos rurais em seus lugares de origem, é importante resgatar a fala de Maria, 42 anos, uma mulher de agricultor que sempre residiu no meio rural. Nesse caso, a permanência no meio rural foi resultado da impossibilidade de saída, observe:

Eu sempre nasci e morei na “roça”. Era mais difícil sair. Hoje é mais fácil ir pra cidade.. Devido ter nascido e ser criada no meio rural eu não quero sair, porque já peguei gosto. Eu já quis sair, mas na época não consegui [...] agora tô casada, tá tudo aqui[...]Pra falar a verdade eu gosto de morar na “roça”, mas o meio de vida nosso aqui da “roça” não é igual de cidade. O trabalho na roça é mais pesado e o dinheiro é pouco porque a gente não tem uma renda certa e quando ganha não é muito. Mas dá pra viver. Mas também na cidade se a pessoa não tem estudo e bom emprego não consegui viver bem, ter uma vida boa. A dificuldade é geral. É ilusão achar que indo pra cidade agente vai conseguir uma vida melhor.¹⁰

Ana Maria é mãe de dois filhos com 18 e 20 anos que permanecem no meio rural como lugar de morada e trabalho (na lavoura). Nesse caso, o trabalho feminino se restringe em grande parte do ano às lides domésticas, exceto nos períodos de chuva quando toda a família concentra suas atividades no trabalho na roça. Procedente de uma família de 9 irmãos, teve que permanecer em seu grupo doméstico de origem para cuidar dos pais já idosos. Certos fatos de seu ciclo de vida certamente influenciaram na permanência na “roça”. Maria teve que permanecer no

¹⁰ Ana Maria, 35 anos, moradora da Comunidade Rural de Santana de Minas (São Francisco-MG), trabalhadora rural.

campo para cuidar dos pais e posteriormente, com o casamento, permaneceu na “roça”, mas residindo em nova unidade doméstica, com a família do marido. Em sua trajetória, há uma confluência de fatores que contribuíram para a permanência no campo e o casamento é uma variável importante para entender sua permanência na “roça”. Não é raro o relato de jovens moças e rapazes que retornam aos seus locais de origem para se casar e (re) estabelecer residência ou de pessoas que optaram por permanecer residindo no lugar de origem por terem contraído o matrimônio.

A compreensão que Ana Maria pode tecer sobre a cidade é obtida de programas televisivos), de passagens esporádicas pela cidade, seja para consulta médica em Montes Claros (MG), ou para visitar parentes em São Paulo, que residem em Jardim Miriam, bairro carente e violento da cidade paulistana. Maria já cogitou a possibilidade de mudar-se para a cidade “pra mudar de vida”. No entanto, atualmente, as dificuldades enfrentadas pela família de suas irmãs que residem em São Paulo, seja pela violência, seja pelo alto custo de vida, fazem com que afirme não querer mais residir na cidade e “talvez não volte mais nem a passeio”, principalmente por ter presenciado em sua breve passagem pela cidade a proximidade entre “famílias de bem” e traficantes de drogas. Outra avaliação negativa em relação à cidade ocorre a partir dos que foram para São Paulo e não foram bem sucedidos, seja por não conseguirem emprego seja pela incorporação de jovens rurais da região ao crime (como exemplo, tráfico de drogas) ou de jovens mulheres à prostituição.

Como Maria, a maioria das pessoas entrevistadas, quando se referem à cidade, a tomam como um lugar de residência parental: são os lugares onde estão os parentes, como jardim Miriam (SP), Duque de Caxias - baixada Fluminense (RJ) ou Ceilândia – cidade-satélite do Distrito Federal. Pelas dificuldades que suas famílias enfrentam para viver nessas regiões, em decorrência da pobreza, da violência, da discriminação, entre outros, faz com que os entrevistados afirmem que a “dificuldade é geral”, e ir para a cidade em busca de melhoria nas condições de vida seja uma ilusão. É importante compreender que alguns entrevistados relativizam a importância de sair do meio rural para morarem na cidade. Entretanto, não há uma única avaliação sobre o ficar e o sair. É recorrente no imaginário social a ideia de que a mudança do campo para as cidades como uma ilusão. Nessa avaliação, a saída é negativizada, pois a “roça” “melhorou bastante nos últimos

anos”. A afirmação sobre essa possível melhora nas condições de vida dos residentes na “roça” talvez seja percebida pelos entrevistados em decorrência a incidência de um *mix* de políticas públicas na região, sobretudo as políticas sociais do tipo compensatórios. Por outro lado, há a avaliação de certos entrevistados de que quem reside na “roça” não consegue melhorar de vida e a maior perspectiva de mobilidade social consiste em ir para outros lugares, “realizar travessias”.

O relato de outra mulher de agricultor, que já esteve na condição de “migrante”, demonstra a visão da entrevistada em relação à migração:

Eu prefiro morar na “roça”, já morei em outro lugar, eu digo que quero ficar aqui mesmo, não saio daqui de jeito nenhum. Já morei 9 anos em São Paulo, quando eu era mais nova. Mas eu nunca pensei em morar direto lá. Eu sempre pensei em morar aqui. O modo de vida é muito melhor, mais sossegado, sem preocupação. Agente vê em jornal tanta coisa ruim que tá acontecendo, não compensa ir pra lá não. Isso de ir pra cidade grande, de vencer lá é ilusão, tem gente que tá aqui com pouco, mais dá pra viver assim mesmo, pelo menos tem sossego, e tem gente que vai e nem dá certo e volta.¹¹

As passagens mal-sucedidas de pessoas do campo pelo mercado de trabalho urbano é um fator que favorece o retorno desses indivíduos para o ambiente de origem, mas também influencia na percepção dos indivíduos que estão no campo quanto à saída para a cidade. Como o caso de Joana que, quando jovem, saiu para Brasília para trabalhar de doméstica. Não conformada com o salário que recebia relativo à quantidade de trabalho que realizava, aproveitou o período na cidade “juntou umas economias” e retornou ao seu local de origem para casar.

Não quero ir embora [da Comunidade]. Eu já saí muito. Já fui para Brasília – DF, trabalhar como doméstica. Mais voltei, não gostava não. Trabalhava muito, cuidava de uma casa, era muito trabalho e ganhava pouco, 1 salário na época. Era muito pouco. Não quero sair mais não. Morar na “roça” é melhor para educar os filhos. Aqui é mais fácil, porque na cidade tudo tem de comprar, tem de ter o dinheiro, se não tiver o dinheiro você não compra, passa fome né? .Aqui vende fiado. Sendo direito, as portas estão sempre abertas pra gente. Fui iludida pra cidade achando que ia dar certo e não deu.¹²

Em uma dinâmica de mobilidade espacial marcada pela intensa circularidade de pessoas, é possível reconhecer três tipos, ainda que não necessariamente distintos de dinâmicas populacionais: os que saíram definitivamente, portanto não

¹¹ Alzira, mulher de agricultor.

¹² Joana, esposa de Agricultor.

retornaram para a comunidade para estabelecer residência, os que saem e retornam para o campo (migração temporária) e os indivíduos que ainda irão sair (projeto futuro do indivíduo e/ou do grupo familiar). Entretanto, esses tipos não são rígidos. Como exemplo, há pessoas que saíram da “roça”, moraram na cidade durante grande parte de sua vida e retornaram ao lugar de origem depois de aposentados, inclusive retornando com a mulher que conheceu durante sua trajetória de mobilidade. Nesse contexto, o morar perto dos parentes, morar no sossego da “roça”, ter um ritmo de vida mais calmo contribui na escolha pela mobilidade espacial de retorno. Apesar do grande número de pessoas com trajetórias marcadas pela mobilidade espacial, há pessoas que sempre residiram na comunidade como visto anteriormente. Nesse sentido, soma-se ao texto o relato do Sr. Salvador e de sua mulher.

Nunca moramos na cidade não. Nós que moramos na” roça”¹³ há muito tempo, que trabalha aqui na “roça” desde que entende por gente, se for morar na cidade sabe é que vai passar fome. Esse negócio de morar na cidade é ilusão. Eu sei que eu tenho de trabalhar é na roça, na foice, no machado, no forno de carvão. Isso é que eu faço, não adianta inventar de querer ir embora fazer outra coisa que não dá não. O povo fica batendo a cabeça caçando “miora”, mais essa é minha forma de viver, tirando o leitinho, fazendo as coisas na roça. Na cidade tem um salário mais ou menos, mais o aluguel mata né?. Quem tá pra lá (na cidade) acha que tá bom, mais quando chega aqui, os que tão aqui tão melhor ainda. O que não tô entendendo é isso. Os que tão aqui estão melhor que os que estão em são Paulo.¹⁴

O relato do Sr. Salvador, que afirma nunca ter morado na cidade, deve ser analisado a partir da pobreza de seu grupo de origem. Sendo difícil a permanência, por outro lado, também não é fácil a saída. Ademais, não necessariamente, todos os que saem têm sucesso em sua trajetória, por isso, o agricultor afirma que “Quem tá pra lá (na cidade) acha que tá bom, mas quando chegam aqui, os que tão aqui tão melhor ainda”. O próprio filho do Sr. Salvador, de 23 anos e com ensino médio completo, estava no período da pesquisa há cinco meses em São Paulo, porém durante 3 meses desse período sem emprego. O desemprego e o alto custo de vida na cidade, somados à pobreza do grupo doméstico de origem desses “emigrantes”, que não lhes permite permanecer na cidade, são fatores que determinam sua volta para a casa dos pais.

¹³ Roça no sentido de lugar de morada e não como local da lavoura.

¹⁴ Salvador, 54 anos, Agricultor.

A permanência do Sr. Salvador em seu lugar de origem é em grande medida influenciada por uma sensação de pertencimento ao lugar. O lugar, o vivido e experimentado é onde há os elementos que constroem a identidade: a “roça”, a foice, o machado e o forno de carvão. O lugar vivido é também um lugar de afetividade. O morar e o trabalhar na roça provocam um sentimento de pertencimento a esse lugar. O homem mediante sua emoção e seu pensamento simboliza uma relação com o lugar com os mais variados significados. No lugar é que há a experiência, a ligação com objetos físicos, os símbolos na criação de uma identidade. No mundo de Sr. Salvador, são perceptíveis as travessias entre idas e vindas. Travessias dos que “correm trecho” indo para os mais diversificados destinos do país: vão, ficam e voltam. No entanto, se há os que buscam o espaço da rua, há aqueles que permanecem no espaço da casa, como o exemplo de Tereza, 44 anos, casada, moradora da Comunidade Rural de Brejão de Ouro que sempre residiu na “roça”:

Sempre morei aqui. Nunca sai não. Morei aqui e casei aqui. Nunca sai não. Já fui para São Paulo, mais pra passear. Para passear lá é bom, agora para morar não é bom não. Gosto de ir para a cidade, só pra passear. Não tenho vontade de sair da roça para morar na cidade. Sair da roça para morar na cidade é muito ruim. Quem tá na cidade tá achando ruim, quem tá aqui tá achando ruim também, mais ainda tá melhor.

Segundo Tereza, os pontos positivos relativos à “roça” referem-se à tranquilidade que contrapõe à correria de São Paulo e à violência urbana: “Eu não pretendo sair da “roça” não. Aqui a gente dorme tranquilo, pode deixar a casa aberta que ninguém pega nada”. Outro ponto positivo em relação a morar na “roça” refere-se ao custo de vida, sobretudo com alimentação.

Aqui se plantar um pé de laranja ele dá, não precisa comprar. Se plantar uma horta dá, não precisa comprar. Na cidade é tudo caro, e tudo tem que plantar. Na horta pego a mistura, pego o quiabo, o maxixe, o tomate. Não compro nada, tudo eu que planto. aqui na roça eu planto de tudo um pouquinho, mais para consumir. Esse ano nem comprei verdura, foi tudo da minha horta. Depois que tem água ficou muito mais fácil plantar na horta.¹⁵

Entre as famílias proprietárias de terra, em determinadas circunstâncias, o trabalho na roça é elemento considerável para a permanência de alguns indivíduos¹⁶

¹⁵ Entrevista realizada em 22/11/2009 na residência de Tereza na Comunidade Rural de Brejão de Ouro.

¹⁶ Entre os chefes de família proprietários da terra é comum a permanência na comunidade e no

no campo durante todo o ano. Mesmo entre as famílias que têm terra, há a circularidade de parte de seus membros. Nesse sentido, a propriedade da terra por si só não explica a permanência de determinados indivíduos ao longo de todo o ano no campo. Essa permanência é muito mais influenciada por uma identidade territorial, o gostar da roça, das pessoas (“as pessoas na roça são mais companheiras”), do interior, do sossego, do mato, que propriamente do fato de ser dono da terra. Inclusive, para certos indivíduos, a saída é uma tentativa de não permanecer trabalhando na atividade agrícola com a família. No entanto, há pessoas que optam por permanecer na roça como lugar de trabalho e morada.

O que mais me segura aqui é o trabalho na roça, porque minha função é essa. A cada dia você vai melhorando, trabalhando, ampliando a produção e tem mercado pra isso. Se eu for pra fora eu não vou ter a renda que eu tenho aqui e minha intenção é de trabalhar mais e melhorar a cada dia.¹⁷

Pedro é um agricultor que, na década de 90, especializou-se na pecuária leiteira. No entanto, o tamanho da propriedade, 5 hectares, somado às condições ambientais do Norte de Minas, diferente das condições ambientais de origem das matrizes leiteiras, Sul de Minas, inviabilizou o trabalho da família exclusivamente na pecuária. Segundo Pedro, quando a família trabalhava exclusivamente na pecuária, a vida era mais precária, com uma renda nunca superior a R\$ 600,00 mensais. Com a crise na pecuária leiteira, com a perda das matrizes no período de seca, houve por parte dos agricultores da comunidade uma diversificação nas atividades agrícolas, sobretudo com o retorno para o cultivo de grãos (de milho, milho sorgo e feijão). Pedro, diferentemente dos demais, optou pelo cultivo de hortaliças. Quando questionado sobre a opção do cultivo de hortaliças em detrimento à especialização na pecuária leiteira, Pedro afirma que:

Primeiro que a propriedade é pequena e é melhor trabalhar com hortaliças. A horta ocupa menos espaço e retorno de dinheiro é maior. O mercado para o leite era limitado, só a Nestlé. E depois as vacas foram morrendo, teve perda. O negócio foi mudar pra hortaliça.¹⁸

trabalho na roça durante todo o ano. Entretanto, entre os filhos de proprietários da terra, o ter que lidar com as atividades ligadas a roça é mais propriamente um fator que favorece a saída que propriamente a permanência.

¹⁷ Pedro, 42 anos, proprietário da terra.

¹⁸ Entrevista realizada em 15/11/2009 na residência do senhor Pedro na Comunidade Rural de Santana de Minas.

A ideia de cultivar hortaliças veio depois de Pedro “visitar” seu irmão em Itapeçerica da Serra (SP), quando conheceu japoneses que cultivavam hortaliças em uma pequena propriedade. Como ele relata: “Era toda hora saindo caminhão, lá dava bastante e era numa terra pequena igual a essa minha aqui”.

O trabalho na horta é predominantemente familiar. Pedro se concentra na parte administrativa e na entrega de encomenda nos supermercados, nas escolas, nas casas de consumidores (residentes nas roças e na cidade); às sextas-feiras, concentra-se na feira de São Francisco (MG), e todo o sábado na feira de Icaraí de Minas (MG). Os filhos homens com 14 e 19 anos de idade, quando não estão na escola, trabalham na horta junto com a mãe. Um filho de 23 anos trabalha como caixa de supermercado e duas filhas jovens foram para São Paulo (SP). Uma das características do trabalho na roça corresponde ao trabalho de toda família, inclusive mulher e jovens mulheres, resultado da pobreza dos grupos domésticos que não conseguem contratar mão-de-obra extra-familiar.

Entre as famílias proprietárias de terra, muitas vezes o “ficar” é diretamente influenciado pelo trabalho na atividade agrícola, sobretudo para o chefe da família. O ter que cuidar da “criação” e da “roça” é elemento que contribui para sua permanência durante todo o ano na “roça”. Numa pesquisa nessa região, com grande diversidade de grupos sociais e condições de vidas tão diferentes, não é uma tarefa fácil trabalhar com a ideia de permanência, pois ficar e sair na comunidade são lados da mesma moeda. Nesse cenário, trabalhar com o conceito de *permanências transitórias e mobilidades permanentes* aponta para uma dinâmica populacional de uma comunidade marcada por saídas e retornos.

Os deslocamentos espaciais *no* e *entre* tempos e espaços diversificados são em grande medida temporários, mas podem se estender por longo tempo, não anulando a possibilidade do retorno. Para a dinâmica populacional retratada, nesse movimento de sair-ir-ver-viver e voltar ou sair-ir-ver-viver e ficar, não foi possível perceber um padrão estabelecido ou algo definido aprioristicamente. Como um aspecto cultural, essa mobilidade é constitutiva da dinâmica dessas famílias.

Deve-se perceber que dinâmica populacional de “circularidade” pode, por exemplo, ser motivada pela necessidade do indivíduo de ampliar seus “horizontes”, conhecer novos espaços, lugares, paisagens, cenas e cenários.

Assim como a mobilidade espacial não pode ser definida apenas por um fator,

deve-se também compreender que essa saída pode ser tanto fruto de um projeto individual como pensada em benefício da família. Entretanto, a própria saída do indivíduo muitas vezes é também um projeto da família que se soma a um projeto individual. É um projeto determinado pela especificidade local do tipo de laço social em que o indivíduo se encontra como sujeito de determinações familiares e sociais, no qual tem de se constituir e dentro do qual pode aspirar seus próprios projetos, mediante ao projeto familiar a que esta subordinado.

Ao trabalhar com os que saem, resgatando o tempo e o espaço, para onde vão e quanto tempo permanecem fora, tentou-se mostrar que a saída de alguns é uma condição fundamental para a reprodução social das famílias. Por outro lado, a permanência de alguns membros das famílias no campo é importante para a saída de outros membros dos grupos em condições favoráveis, como os estudantes, oriundo de grupos domésticos com mais recursos, seja em terra¹⁹, seja em dinheiro. Há uma heterogeneidade nas condições socioeconômicas dos que saem que evidencia as desigualdades nas condições sociais e econômicas de suas famílias. Se há os jovens que vão para cidade na condição de universitários, por exemplo, há também aqueles que vão para São Paulo trabalhar como frentistas ou para Goiás para trabalhar na colheita de batata. A saída dos jovens para a progressão no ensino é bastante emblemática, pois o grupo familiar prefere arcar com esses custos relativos à educação, diminuindo até mesmo os investimentos na atividade agrícola, que investir na permanência desses jovens na atividade agrícola. O investimento na educação é uma forma de os filhos não permanecerem na atividade agrícola. Em geral, a saída é um processo que alimenta uma expectativa de futuro melhor, no entanto, não anula a possibilidade de retorno. É nessa dinâmica populacional marcada pela circularidade, de idas e retornos que cada família é afetada pelas travessias. As travessias fazem parte das diversas estratégias de reprodução dos grupos familiares e, em muitas vezes, é na travessia que a família almeja a possibilidade de ascensão social.

¹⁹ Muito comum entre as famílias que possuem terras a venda desse patrimônio para custear os estudos dos filhos.

4 Considerações finais

Considerando as dinâmicas de mobilidade espacial dos povos rurais no Norte do estado de Minas Gerais percebe-se um fenômeno peculiar de saídas transitórias e trânsitos permanentes. Esse fenômeno tem temporalidades distintas. O retorno é um elemento presente na dinâmica populacional entre os “povos” rurais residentes no Norte do estado de Minas Gerais. Contudo, tem dimensões e proporções diferenciadas definidas a partir de cada situação peculiar dos agentes da mobilidade, seja ela família ou apenas os indivíduos.

Esse retorno temporário ou definitivo, mais curto ou mais longo é baseado em uma calculabilidade dos agentes, que avaliam os objetivos de estar circulando e percebem quando é o momento de findar uma trajetória social com constante mobilidade espacial. Atingido os objetivos que se propunha alcançar na mobilidade os indivíduos tendem a abreviar sua trajetória de travessias. A temporalidade das saídas e permanências, marcadas por tempos de presença e ausência no espaço social, compõe um círculo contínuo de movimentos. São aspectos da própria cultura local. O retorno marca o momento de início do tempo para a próxima partida. Ir-ver-viver-estar e ficar, ir-ver-viver e ficar, mesmo um dia podendo ou querendo voltar. Permanência e trânsitos são lados de uma mesma moeda. O sair não anula a possibilidade de retorno e o retorno não anula a possibilidade de saída. O ir e vir são também partes constitutivas de dinâmica de estratégias de reprodução social das famílias rurais principalmente entre as mais pobres (economicamente). E por fim, é importante considerar que a mobilidade espacial (saídas transitórias) não raro é um fenômeno social importante para conformar a própria permanência desses povos em sua região de origem.

5 Referências bibliográficas

BATISTA, Elicardo Heber de Almeida. **“Povos” de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no norte do estado de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2010.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, conceitos. In. (Org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. (Org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Maristela de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, Nº. 7, Jan/Jun de 2002, p. 50-81.

_____. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de.. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, v. , p. 35-52

CARLEIAL, L.M. Integração internacional e (l) mobilidade da força de trabalho. In: LAVINAS, Carleial e Nabuco (Org.). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DURHAN, E. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo. Perspectiva, 1978.

FELIX, G. A. **O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental**. Niterói: Eduff, 2009. 251 p.

FORTES, M. Introduction. In: Goody, Jack (Ed.). **The Development Cycles In Domestic Groups**. Cambridge University Press, 1958.

GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília. MCT-CNPq, 1989.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1997.

LEE, E. S. A theory of migration. **Demography**, v. 3, p.47-57, 1966.

LOPES, J.R.B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971.

MAIA, C. J. **Lugar e trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. 1. ed. Montes Claros: Unimontes, 2004. V. 1. 274 p.

MARTINE, G. **Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-deobra no Brasil**. Comunicação simpósio sobre crescimento demográfico na base da pirâmide social. SBPC. 1982. Campinas, São Paulo.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos na trilha dos migrantes**: um estudo de famílias de camponês-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TODARO, M. P. Internal Migration. **Developing Countries: A Review of Theory**,

Evidence, Methodology and Research Priorities. Geneva : International Labour Office, 1976.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

SAYAD, A. **A imigração – e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

WOORTMANN, K. **Migração, Família e Campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População, n. 1, p. 35-53, 1990.